

EXCELENTÍSSIMA SRA. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TENENTE PORTELA – RS.

INDICAÇÃO

LUCIANO BERTA FILIPIN, vereador integrante da bancada do PSDB, encaminha a presente INDICAÇÃO, nos termos do Art. 137 do Regimento Interno, para que seja encaminhado ao Prefeito Municipal e, havendo interesse, que apresente à Câmara de Vereadores Projeto de Lei com o seguinte teor:

AUTORIZA A REDUÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU AOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS QUE ADOTEM MEDIDAS QUE ESTIMULEM A PROTEÇÃO, PRESERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído no âmbito do município de Tenente Portela, o Programa IPTU Verde, cujo objetivo é fomentar medidas que preservem, protejam e recuperem o meio ambiente, ofertando em contrapartida benefício tributário ao contribuinte.

Capítulo II

DOS REQUISITOS

Art. 2º Será concedido benefício tributário, consistente em reduzir o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), aos proprietários de imóveis que adotem medidas que estimulem a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.

Parágrafo único. As medidas adotadas deverão ser:

- I - sistema de captação da água da chuva;
- II - sistema de reuso de água;
- III - sistema de aquecimento hidráulico solar;

IV - sistema de aquecimento elétrico solar;

V - construções com material sustentável;

VI - utilização de energia passiva;

VII - Cultivo de espécies arbóreas nativas visando o aumento da biodiversidade no perímetro urbano.

Art. 3º Para efeitos desta Lei considera-se:

I - Sistema de captação da água da chuva: sistema que capte água da chuva e armazene em reservatórios para utilização do próprio imóvel;

II - Sistema de Reuso de Água: utilização, após o devido tratamento, das águas residuais provenientes do próprio imóvel, para atividades que não exijam que a mesma seja potável;

III - Sistema de aquecimento hidráulico solar: utilização de sistema de captação de energia solar térmica para aquecimento de água, com a finalidade de reduzir parcialmente, o consumo de energia elétrica na residência;

IV - Sistema de aquecimento elétrico solar: utilização de captação de energia solar térmica para reduzir parcial ou integralmente o consumo de energia elétrica da residência, integrado com o aquecimento da água;

V - Construções com material sustentável: utilização de materiais que atenuem os impactos ambientais, desde que esta característica sustentável seja comprovada mediante apresentação de selo ou certificado;

VI - Utilização de energia passiva: edificações que possuam projeto arquitetônico onde sejam especificadas dentro do mesmo, as contribuições efetivas para a economia de energia elétrica, decorrentes do aproveitamento de recursos naturais como luz solar e vento, tendo como consequência a diminuição de aparelhos mecânicos de climatização;

VII - Cultivo de espécies arbóreas nativas: o proprietário do imóvel que cultivar espécies nativas, a fim de aumentar a biodiversidade no perímetro urbano.

Art. 4º Os padrões técnicos mínimos para cada medida estão previstos no Anexo Único, da presente Lei.

Capítulo III

DO BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO

Art.5º A título de incentivo será concedido o desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), para as medidas previstas no parágrafo único, do artigo 2º, na seguinte proporção:

I - 7% para as medidas descritas nos incisos I e II;

II - 3% para as medidas descritas nos incisos III e VI;

III - 11% para as medidas descritas no inciso IV;

IV - 5% a 9% para a medida descrita na alínea V;

V - 3% a 10% para a medida descrita na alínea VII.

Art.6º O benefício tributário desta Lei não poderá exceder a 20% do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do contribuinte.

Capítulo IV

DO PROCEDIMENTO PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO

Art.7º O interessado em obter o benefício tributário deve protocolar o pedido devidamente justificado para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, até data de 30 de setembro do ano anterior em que deseja o desconto tributário, expondo à medida que aplicou em sua edificação ou terreno, instruindo o mesmo com documentos comprobatórios.

§ 1º Para obter o incentivo fiscal, o contribuinte deverá estar em dia com suas obrigações tributárias vincendas até o dia 31 de dezembro do exercício anterior ao do protocolo.

§ 2º As Secretarias Municipais de Desenvolvimento Rural, Obras e Finanças designarão uma comissão responsável para analisar se as ações estão em conformidade com a presente Lei, podendo haver visita ao imóvel bem como solicitar ao interessado documentos e informações complementares para instruir parecer individual de cada imóvel.

§ 3º Após os trabalhos da comissão de que trata o parágrafo anterior, caberá ao Secretário da Fazenda emitir parecer conclusivo acerca da concessão ou não do benefício e providências quanto ao registro no cadastro imobiliário.

§ 4º Entendendo pela não concessão do benefício, após ciência do interessado, o processo será arquivado.

Art.8º Aquele que obtiver o desconto referido nesta Lei, receberá o selo de "amigo do meio ambiente", para afixar na parede de seu imóvel, sendo que sua regulamentação

será feita através de Decreto.

Art.9º Só poderão ser beneficiados pela presente Lei, os imóveis residenciais ligados à Rede de Esgoto, desde que disponível, ou que possua sistema ecológico de tratamento de esgoto, como uma fossa ecológica, onde ocorra o processo de biometanação, envolvendo a conversão anaeróbia de biomassa em metano.

Art.10º A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural realizará a fiscalização a fim de verificar se as medidas estão sendo aplicadas corretamente.

Art.11º A renovação do pedido de benefício tributário deverá ser feita anualmente.

Capítulo V

DA EXTINÇÃO DO BENEFÍCIO

Art.12º O Benefício será extinto quando:

- I - o proprietário do imóvel inutilizar a medida que levou à concessão do desconto;
- II - o interessado não fornecer as informações solicitadas pela comissão de que trata o § 2º do artigo 7º desta Lei.

Art.13º A Secretaria de Finanças poderá regulamentar a presente Lei para melhor operacionalização da mesma.

Art.14º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TENENTE PORTELA,
25 de outubro de 2021.**

LUCIANO BERTA FILIPIN
VEREADOR PSDB

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DA INDICAÇÃO

A presente indicação tem como objetivo estimular que os munícipes adotem medidas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente, concedendo redução do IPTU aos proprietários de imóveis que captem água da chuva, utilizem sistema de aquecimento elétrico solar, realizem construções com material sustentável.

LUCIANO BERTA FILIPIN

VEREADOR PSDB

ANEXO ÚNICO Exigências mínimas técnicas das medidas

AÇÃO	% de Desconto
Imóveis com sistema de aquecimento hidráulico solar Placas de captação de energia solar que sejam responsáveis pelo aquecimento da água da residência.	3%
Potencialização da utilização de energia passiva Edificações que possuam projeto arquitetônico onde sejam especificadas dentro do mesmo, as contribuições efetivas para a economia da energia elétrica, decorrentes da potencialização do uso de recursos naturais, como vento e luz solar, consequentemente reduzindo a utilização de aparelhos mecânicos de climatização.	3%
Construções com material sustentável Utilização de materiais que atenuem os impactos ambientais, desde que comprovado mediante apresentação de certificado ou selo, em 40% a 60% da área edificada	5%
Imóveis com sistema de captação de água da chuva O sistema deverá possuir tubos de condução de água, a caixa d'água deverá ter a capacidade mínima de 2.000 litros, ser tampada, e funcionar integrado ao sistema hidráulico do imóvel.	7%
Imóveis com sistema de reuso da água O sistema deverá funcionar integrado ao sistema hidráulico do imóvel.	7%
Construções com material sustentável Utilização de materiais que atenuem os impactos ambientais, desde que comprovado mediante apresentação de certificado ou selo, em 61% a 80% da área edificada.	7%
Construções com material sustentável Utilização de materiais que atenuem os impactos ambientais, desde que comprovado mediante apresentação de certificado ou selo, em 81% a 100% da área edificada.	9%
Sistema de utilização de energia eólica deverá captar vento, através de moinhos ou cata-ventos, para produção de pelo menos 20% da energia elétrica total.	11%
Imóveis com sistema elétrico solar deverá estar integrado ao sistema de energia elétrica do imóvel e ser responsável pelo menos a 20% do seu consumo total.	11%
Cultivo de espécies arbóreas nativas o proprietário do imóvel que cultivar espécies nativas, a fim de aumentar a biodiversidade no perímetro urbano. De 08 a 12 unidades.	3%
Cultivo de espécies arbóreas nativas o proprietário do imóvel que cultivar espécies nativas, a fim de aumentar a biodiversidade no perímetro urbano. De 12 a 20 unidades.	5%
Cultivo de espécies arbóreas nativas o proprietário do imóvel que cultivar espécies nativas, a fim de aumentar a biodiversidade no perímetro urbano. Acima de 20 unidades.	10%

